



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 32/XI/ 1.ª SL

Aos 12 dias do mês de Maio de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das Actas nºs 25, 26, 27, 28 e 29, de 14, 18, 19, 20 e 21 de Abril, respectivamente.*
3. *Discussão do Projecto de Resolução nº 88/XI/1ª, do PSD - "Colocação dos especialistas de medicina geral e familiar";*
4. *Apreciação e votação do Relatório relativo à "Participação de Portugal na União Europeia em 2009 - 24º ano";*
5. *Outros assuntos.*

11:30

- *Audição da União das Misericórdias Portuguesas.*

A Vice-presidente, Luísa Salgueiro, que presidiu aos trabalhos, começou por colocar à discussão e votação as Actas nºs. 25, 26, 27, 28 e 29, de 14, 18, 19, 20 e 21 de Abril, respectivamente, que foram aprovadas por maioria, registando-se a abstenção do Deputado João Semedo, por não ter estado presente em todas elas.

A Presidente em exercício deu a palavra à Deputada Clara Carneiro para apresentar o Projecto de Resolução nº 88/XI/1ª, que recomenda ao Governo a "Colocação dos especialistas de medicina geral e familiar".

A Deputada Clara Carneiro disse justificar-se a apresentação do Projecto, visto que o processo de colocação dos médicos é lento e burocrático havendo a necessidade de o agilizar porque, após a conclusão da especialidade, os médicos esperam meses até serem colocados definitivamente. Recomenda ainda que os concursos sejam de âmbito nacional e com regras uniformes a nível nacional.

O Deputado Serpa Oliva perguntou se os dados incluídos no PJR são uma realidade estudada a fundo ou se são uma mera suposição.

O Deputado Rui Prudêncio lembrou que a colocação dos médicos é feita de acordo com a capacidade formativa e que as recomendações ao Governo não conduzem a qualquer melhoria, porque o Governo já está a executar algumas delas.

A Deputada Clara Carneiro esclareceu que a Associação de Médicos de Clínica Geral forneceu os dados que constam do projecto de resolução e que as ARS forneceram o tempo médio de demora dos concursos. É óptimo que o Governo tenha já resolvido parte do problema e, nesse caso, o projecto de resolução visa o que ainda não está feito.

De seguida, a Deputada Antonieta Guerreiro apresentou o Relatório relativo à Participação de Portugal na União Europeia em 2009 - 24º ano, abordando as questões da Luta Contra a Droga e da Saúde Pública. Manifestou a opinião de que o Relatório de Portugal na União Europeia em 2009 é um documento meramente descritivo, limitando-se a enunciar o que foi feito e o que Portugal executou. O Parecer é no sentido de que o presente Relatório se encontra em condições de ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus.

Depois de colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e será enviado para a Comissão de Assuntos Europeus.

Audição da União das Misericórdias Portuguesas

(a audição foi integralmente gravada)

A Presidente em exercício deu a palavra ao Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Dr. Manuel Lemos, que se fez acompanhar do Secretário - Geral, Dr. Carlos Castro de Almeida e de outro membro da direcção, Eng.ª Suzete Cardoso.

O Dr. Manuel Lemos fez uma apresentação em *power point* sobre o sector social da saúde, que é complementar e não concorrencial com o público. Existe um Protocolo de Cooperação com o Governo, que foi assinado aquando da criação e lançamento da RNCCI, e onde a UMP assume vários compromissos, designadamente o cumprimento das orientações e recomendações técnicas resultantes dos programas de monitorização/acompanhamento e a promoção e formação de recursos humanos. Deu conta de algumas preocupações relativas ao pedido de garantia/caução para acordos de exploração e investimento, disse não entender a razão dos custos dessa garantia reverterem para a instituição bancária, de existirem atrasos nos pagamentos por parte das ARS e de utentes e acrescentou que o sistema de informação usado na RNCCI obriga a uma duplicação de registos por parte das Misericórdias.

A terminar, referiu, entre outras coisas, que é necessário criar respostas para as demências, porque a rede vai crescendo "deitada", promover a participação das IPSS e das Misericórdias no apoio domiciliário e regulamentar as USF – modelo C. Seguiu-se o debate com a intervenção dos Deputados Cara Carneiro, Maria José Nogueira Pinto, Maria Antónia Almeida Santos, Teresa Caeiro, Isabel Galriça Neto e Luísa Salgueiro, que mereceram resposta por parte dos responsáveis da UMP. A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 Maio 2010.

A VICE - PRESIDENTE

(LUÍSA SALGUEIRO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria das Mercês Borges
Maria Helena Rebelo
Maria José Nogueira Pinto
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Jorge Manuel Gonçalves
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Couto dos Santos
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rosário Águas